



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 27/11/17

Conceição de Maria Lopes Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Aluísio
Martins
para relatar.

Em 28/11/17

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

PARECER Nº 51

AO INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº. 13, de 21 de novembro de 2017, que:

“Dispõe sobre a criação pelo Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (DETRAN-PI) de frota especial de veículos adaptados para a realização de exames práticos por pessoas com deficiências que vão tirar a CNH e do quadro de profissionais da Libras para atuar como intérpretes da Libras durante os exames teóricos e práticos realizados em Teresina e nas regionais do órgão por pessoas surdas e com deficiência auditiva e dá outras providências”.

RELATOR: DEP. Aluísio Martins.

I – RELATÓRIO

O objetivo deste indicativo é promover a inclusão social das pessoas com deficiências que desejam tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) no Estado do Piauí, seguindo os parâmetros do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A presente manifestação que tem por finalidade analisar os aspectos da indicação sugerida ao Poder Executivo ou aos seus órgãos medidas de interesse público, que não caibam em projetos de iniciativa da Assembleia. Conforte estabelece o regimento interno nos seguintes artigos 114 e 115 desta casa, Vejamos:



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

Art. 114. Indicação é a proposição em que o Deputado sugere ao Poder Executivo ou aos seus órgãos medidas de interesse público, que não caibam em projetos de iniciativa da Assembleia.

Art. 115. As indicações deverão ser dirigidas com clareza e precisão, precedidas de ementa enunciativa de seu objeto, com justificativas e ser apreciada pelo Plenário em turno único de discussão e votação.

Considerando que o indicativo de projeto de lei é de grande interesse da sociedade piauiense vez que visa promover a inclusão social de pessoas com deficiências no Estado do Piauí.

É o parecer.

II – VOTO

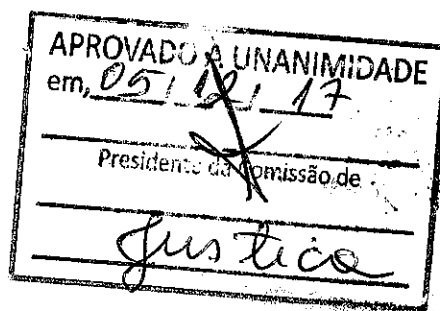
À vista do exposto, manifestamo-nos favoravelmente pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Indicativo de Projeto de Lei.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento(X)

Pela rejeição ()



SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 5 de dezembro de 2017.

DEP. ALUÍSIO MARTINS – PT
RELATOR